

# Da pertinência do currículo ao mercado de trabalho do economista (Uma Crítica)

WILLIAM JORGE BANDEIRA\*

Os professores Samuel da Costa Filho e Luiz Carlos Puskas em um interessante artigo neste informativo ("A dita economia Moderna". Nº 10. Julho de 2000) fazem uma análise do currículo do curso de economia, na qual se defende o caráter pluralista do curso e a ênfase nos autores clássicos como Marx, Keynes, Kalecki, Schumpeter, Ricardo e outros.

Deixando claro desde já que concordamos, no atacado, com as idéias dos referidos professores, pretendemos fazer algumas observações críticas a partes do texto, sobretudo observações sobre método, pertinência das teorias econômicas como instrumento de trabalho do economista, a inserção no mercado de trabalho, além do tratamento dispensado pelos autores ao conceito de globalização (incluindo o artigo do Professor Samuel Costa, intitulado de "Globalização Financeira e Capitalismo Selvagem").

Nunca é demais enfatizar a necessidade de uma boa formação teórica para o economista, pois a **teoria econômica** se constitui no principal instrumento de trabalho do economista. A estatística, a econometria, a matemática, os conhecimentos das ciências de administração, contabilidade, sociologia, política, etc; são instrumentos importantes, mas coadjuvantes ou auxiliares na aplicação das teorias econômicas. Ademais, o economista não deve esquecer nunca que a Economia é uma "ciência social" e como tal suas categorias são fruto de relações sociais.

Por ser uma "ciência social" não se pode esperar que seu corpo teórico seja homogêneo e desprovido de conotações ideológicas diferenciadas. Tem-se pelo menos três correntes ideológicas. Em primeiro lugar, aparece a **corrente à esquerda**, liderada por Marx que nos legou um poderoso instrumental teórico-metodológico de análise da sociedade capitalista. Tal instrumental está baseado na busca de categorias e/ou conceitos que procuram apreender a "totalidade concreta". Seu método

consiste da "apreensão do concreto por meio do pensamento", onde se parte das categorias mais simples até alcançar o "concreto pensado" como "síntese de múltiplas determinações" e por isso só apreensível dessa forma, embora dê a impressão que os conceitos apreendidos sejam resultado do pensamento.

O corpo teórico de Marx tem caráter dinâmico e suas categorias são históricas. Por isso, não sendo estáticas, elas mudam de significado à medida que o objeto sofre mudanças. O próprio Marx nos mostrou exemplos importantes, tais como o caso da passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, passagem essa resultante de mudanças no processo de trabalho. Outro exemplo foi a evolução do conceito de trabalho que nos fisiocratas tinha conotação particular (trabalho agrícola) e para Smith tinha caráter geral (trabalho em geral). Marx destaca "o enorme progresso (...) que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza, considerando apenas o trabalho puro e simples". Com isso, a categoria trabalho em geral assume um caráter moderno e indiferenciado, possibilitado pelo evolução do ser social.

A **corrente de centro**, muito próxima a social-democracia, é a representada por Keynes. Economista que se preocupava com o crescimento econômico no curto-prazo (período conjuntural). Ao contrário de Marx que estudou o capitalismo em seus fundamentos, buscando suas contradições mais essenciais, Keynes se contentou em estudar o espaço da dinâmica competitiva, sobretudo o estudo dos determinantes da **renda nacional e do emprego**. Seu método se vale da psicologia social na formação de "comportamento convencional", no qual as decisões capitalistas sobre investimentos em capital físico, em títulos financeiros, em consumo e outras decisões que envolvem tempo e risco, dependem

do **estado de espírito do investidor** (disposição de correr riscos) e do **clima geral** em relação aos negócios, o qual inspira maior ou menor confiança no futuro ou ainda, determina maior ou menor incerteza nas previsões realizadas, as quais são determinantes na tomada de decisões dos homens de negócios.

Conceitos como "preferência pela liquidez", "propensão a consumir" e "eficácia marginal do capital", que formam a parte central da Teoria Geral de Keynes, são calculados a partir da lógica dos negócios e de expectativas baseadas em previsões (alimentadas por informações sobre desempenhos de negócios variados) coletivas sobre o futuro (consciente coletivo), portanto, os mesmos não guardam quaisquer vestígios de historicidade semelhantes aos conceitos marxistas. Porém, não se pode dizer que a construção teórica de Keynes seja estática, ao contrário, se não se utiliza o "tempo histórico" como em Marx, em Keynes o tempo aparece em duas dimensões: o tempo das expectativas e o tempo conjuntural.

A **corrente à direita** (conservadora) é representada pelos economistas neoclássicos (novos clássicos, monetaristas). O método dos neoclássicos se baseia no comportamento individual do agente econômico, extrai conceitos a partir de comportamento individual que pretendem ser válidos para toda a economia. Os conceitos são, geralmente, a-históricos e estáticos. Quase que invariavelmente, devido ao caráter **positivista** do método (não admite interferências de valores na formulação de conceitos e considera o método das ciências sociais o mesmo das ciências exatas), utiliza muito o recurso da matemática e isso facilita a utilização de hipóteses irrealistas como a "Lei de Say" e a estrutura de mercados em "concorrência perfeita", tornando os modelos quase sempre irrealis e/ou muito afastados do objeto que pretendem estudar.



Quando os neoclássicos pretendem dar alguma dinâmica aos seus modelos, utilizam o recurso das "expectativas racionais" e/ou "expectativas adaptativas", as quais preconizam um certo comportamento lógico (agir de acordo com uma lógica preestabelecida) dos agentes, quando há desvios procedem-se correções esperando que o agente se corrija no próximo período. Tudo isso, para possibilitar o emprego da matemática e dar uma aparência "científica" aos modelos.

Como as correntes expostas acima, tanto conceitual quanto metodológica, são **irreconciliáveis entre si**, a pluralidade do currículo é imprescindível, sob pena de prejuízo irrecuperável para os estudantes de economia na sua formação crítica e profissional. Portanto, não se trata de defender ou não o pluralismo, mas sim questionar e/ou lutar pela correta aplicação de um currículo pluralista.

Os autores defendem o pluralismo do currículo, mas silenciam sobre os problemas de sua aplicação. Ao invés disso, preferem colocar questões mais abstratas como uma possível "desatualização teórica" e a influência (maléfica) de Reagan e Thatcher no estudo de economia pela via do liberalismo, além de uma suposta influência negativa de um certo "capitalismo rentista e parasitário", termo de natureza ideológico, sem nenhuma utilidade analítica, usado desde início do século por segmentos da esquerda. A influência liberal em épocas de grandes transformações é normal e, isso, não tem nada de pavoroso quando as reformas liberais são necessárias no processo de "destruição criativa" que estamos vivendo, decorrente da revolução tecnológica (e industrial) em curso.

Os articulistas valorizam bastante um resultado **B** do curso de economia da UFPI no provão de 1999. No entanto, não há nenhuma garantia de que tal resultado não tenha sido obra do acaso, pois somente um curso bem planejado com acompanhamento permanente e avaliação sistemática, procedimentos que possibilitam correções de desvios de rota e aperfeiçoamento contínuo, podem dar certa garantia de qualidade.

Neste processo, é importante questionar como estão sendo ministradas as disciplinas teóricas? E se as mesmas são praticadas em disciplinas apropriadas? Existem

continuidade e integração entre as disciplinas? Os alunos têm plena consciência dos pré-requisitos? Estas são questões de mais alta relevância na execução do currículo que é importante sua discussão de forma bem aprofundada. Economia se aprende nos bons livros de economia, não em jornais ou quaisquer outros veículos estranhos ao saber econômico. A teoria só é diferente da prática para a má teoria. Mas, a teoria econômica é instrumento de análise que deve ser utilizada com **imaginação** (aqui reside uma das causas do diferencial entre os bons e os maus economistas), pois a teoria não explica a prática mecanicamente, é necessário, no mínimo, uma interação com a práxis, interação essa que precisa ser mediada pela pesquisa de campo e, em algumas vezes, pela análise econométrica.

Outra questão importante que foi negligenciada por nossos articulistas é o ingresso no mercado de trabalho. As dificuldades de ingresso são atribuídas a crise econômica, a estreiteza do mercado e a reformulação do Estado.

É inegável que as maiores chances de emprego para economistas no Piauí se situam no âmbito da iniciativa privada (área empresarial), mas tem-se duas questões a resolver:

1. Descobrir as reais necessidades de qualificação do economista requeridas pelos empresários e,

2. Adequar os profissionais a estas necessidades. Paralelo a isso, precisa ser realizado um trabalho de divulgação das qualificações dos economistas formados na UFPI e procurar maior integração empresa-escola, inclusive através de programas de estágios e outras formas.

Outra questão relevante num curso universitário, diz respeito a integração de seu corpo docente com os alunos e o debate de idéias entre os professores.

O debate de idéias, sobretudo, eleva o nível das discussões e ajuda a esclarecer as posições dos professores sobre diversos temas (desfazendo possíveis confusões). Por isso, resolvemos fazer um comentário crítico sobre o artigo do professor Samuel Costa Filho, intitulado "Globalização financeira e capitalismo selvagem", publicado no Informativo N° 10. Junho/2000.

No referido artigo, o autor parece que tem a intenção de analisar a

relação entre o processo de globalização financeira e o chamado "capitalismo selvagem", o primeiro sendo uma categoria bem recente, enquanto que o segundo se constitui numa categoria antiga (puramente ideológica ou não-científica), que servia (apenas) para as esquerdas dos anos 50/60 nomear o capitalismo vigente na periferia do sistema.

O artigo começa descrevendo o conceito de globalização financeira, colocando corretamente, ao nosso ver, a questão do aumento de participação de investidores institucionais como fundos mútuos, fundos de pensões, companhias seguradoras e outros. Fala, também, da diversificação de produtos e serviços financeiros novos no âmbito de mercados internacionalizados.

Coloca, sucintamente, algumas vantagens e desvantagens do processo, tais como maior facilidade de financiamento de atividades produtivas, maior instabilidade para as economias mais frágeis, perigo de "risco sistêmico" no sistema bancário e perda de autonomia da política monetária nacional. O conceito foi descrito sem ser aplicado (parte isolada do texto), pois nesse ponto a análise é interrompida. O autor silencia sobre quaisquer relações do mercado financeiro globalizado com o resto das idéias desenvolvidas ao longo do artigo.

Assim, sem nenhuma mediação a análise é reiniciada com outro tema. Enfatiza a importância do mercado interno na determinação da produção e emprego dos países desenvolvidos e lembra que esses países adotam a intervenção deliberada na economia, ao contrário do Brasil que, segundo o autor, prefere seguir "moldando a economia, o Estado e a sociedade na linha liberalizante iniciada pelo governo Collor". Fala, portanto, num misterioso "**projeto nacional**" de diminuição do papel do Estado na economia.

Nesse momento, a análise torna-se bastante confusa. O nosso autor faz uma salada que inclui a imprensa (falsa propaganda), as elites e a classe média (estas "deslumbradas pelo consumo de bens importados"), além da cultura americana e a própria política de estabilização, como vilões "conspirando" a favor do "neoliberalismo" e contra o Brasil e o Nordeste. Para compli-



plicar ainda mais a análise, o autor fala de décadas (cinco) e estilos de vida, deixando em aberto a periodização a ser aceita e o tipo de análise em pauta. Enfatiza a existência de um novo modelo de desenvolvimento de cunho liberal, sem esclarecer as características básicas do mesmo. Diz apenas que tal modelo veio piorar as “escandalosas e gigantescas diferenças sociais existentes no nosso país”. Para provar que o “neoliberalismo” e a “globalização” são prejudiciais às nações pobres, o autor utiliza, de modo “descuidado”, dados do Banco Mundial (BIRD) sobre a miséria no mundo na última década.

O nosso autor mostra o aumento absoluto de miseráveis a partir de 1987, destacando a América Latina, como um dos continentes de maior crescimento da miséria, no entanto, os mesmos números (da mesma fonte), analisados com mais cuidado, mostram-se favoráveis ao processo de globalização. A miséria diminuiu no mundo de 28,3% em 1987 para 24,0% em 1998 (percentual de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia). A América Latina ficou na mesma situação. A Europa foi onde mais cresceu a miséria, justamente quando começaram a ser contados os miseráveis dos países “socialistas” falidos. Os países que mostram indicadores mais positivos são do Leste da Ásia e Pacífico, onde se concentram os “tigres asiáticos”, nestes países o percentual de pessoas em situação de miséria passou de 26,6% em 1987 para a 15,3% em 1998.

Ao contrário do que afirma nosso articulista, pesquisa da **Fundação Heritage** (divulgada na mesma matéria da Revista Veja), dos Estados Unidos, “mostra que os países mais pobres do mundo são justamente aqueles que se excluíram do processo de globalização”. O

próprio articulista mostra dados favoráveis à globalização. A Unctad constatou que nessa década “os países emergentes que liberalizaram o seu comércio tiveram um crescimento menor (1,8%) do que os países desenvolvidos (2,2%), aumentando a distância entre nações ricas e as nações pobres”. Logo, os países emergentes que se integraram ao processo de globalização melhoraram suas economias.

É inevitável que os países desenvolvidos tenham melhores resultados do que os países em desenvolvimento quando se inserem na globalização, pois esta última não vai reverter processos seculares de concentração de renda e riquezas, nem tampouco corrigir decisões (históricas) equivocadas tomadas pelas suas elites em algum momento histórico, como a decisão de renunciar a busca de autonomia tecnológica, por exemplo, ou ainda, aceitar uma burguesia cujas lideranças mais expressivas são estrangeiras, resultante do domínio pelo capital estrangeiro dos setores mais dinâmicos da economia nacional. No entanto, como foi demonstrada, a inserção na globalização diminui o ritmo de crescimento do número de pessoas em situação de miséria absoluta no mundo e nos países mais integrados.

O Professor insiste, em outro trecho do artigo, em falar de um **modelo liberal** que vem aniquilando a indústria nacional, elevando o desemprego, piorando as condições sociais. Afirma ainda que a política de atração de capitais externos não ampliou a capacidade produtiva da economia por que se “concentrou em privatizações, fusões e aquisições”. Esta última afirmativa pode ser contestada facilmente olhando-se somente para o setor

de telecomunicações, o qual aumentou fortemente o número de telefones em uso, além de mudar o regime da estrutura do mercado de um monopólio estatal para uma estrutura oligopolista com pelo menos três competidores no mercado, sem falar nas grandes mudanças ocorridas nos setores onde se realizaram aquisições e fusões por grupos estrangeiros. No entanto, o autor continua sem esclarecer que modelo é esse, pois as reformas de cunho liberal mais bem sucedidas no Brasil (privatização e tarifas externas) ainda estão incompletas. Reformas cruciais como previdência, tributária, estado, trabalhista, portos ainda nem saíram do papel.

Por isso, temos convicção de que o problema do Brasil é justamente o contrário do apregoado pelo nosso articulista, isto é, o problema real do Brasil é a **ausência de um projeto nacional de desenvolvimento e a falta das reformas necessárias para que se viabilize o dito projeto** de acordo com o novo padrão de desenvolvimento que se afirma e tendo em conta interesses nacionais.

No entanto, o modelo de desenvolvimento que preconizamos para o Brasil está longe de ser de natureza “**nacionalista exacerbado**” no sentido de se isolar do processo de globalização como propõe o professor Samuel Filho, que acredita que o país perde sua autonomia e soberania nacionais se inserindo na globalização. O isolamento seria um retrocesso terrível e, aí sim, extremamente danoso para o povo brasileiro (em artigo futuro, discutiremos essa questão para o Brasil).

Por fim, só nos resta torcer para que o professor Samuel Filho não venha engrossar as fileiras do movimento dos “**militantes antiglobalização**”, conhecidos como “**os rebeldes sem causa**”●

### **Evolução (%) percentual do Número de pessoas que vivem com até 1 dólar por dia, por continentes / 1987-1990**

<b>Continentes</b>	<b>87</b>	<b>90</b>	<b>93</b>	<b>96</b>	<b>98</b>
1. Leste da Ásia e Pacífico	26,6	27,6	25,2	14,9	15,3
2. Europa e Ásia Central	0,2	1,6	4,0	5,1	5,1
3. América Latina e Caribe	15,3	16,8	15,3	15,6	15,6
4. Oriente Médio e Norte da Afr.	4,3	2,4	1,9	1,8	1,9
5. Sul da Ásia	44,9	44,0	42,4	42,3	40,0
6. África Subsaariana	46,6	47,7	49,7	48,5	46,3
<b>Total Mundial</b>	<b>28,3</b>	<b>29,0</b>	<b>28,1</b>	<b>24,5</b>	<b>24,0</b>

**Fonte: Banco Mundial. Retirado da Revista Veja. Edição de Nº 40. 4 de Outubro de 2000. P.193**